

# Sustentabilidade e Ecoturismo: Conflitos e Soluções a Caminho do Desenvolvimento

---

*Ana Valéria Endres<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Apresenta os conflitos em aliar as perspectivas de sustentabilidade propostas para orientar o desenvolvimento futuro e a atividade do ecoturismo, dita sustentável. Destaca as possíveis práticas que possam contribuir para elevar essa atividade a uma alternativa sustentável de desenvolvimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento sustentável, desenvolvimento regional, ecoturismo, conservação ambiental, participação comunitária.

**ABSTRACT:** *This article shows the existing conflicts in order to associate the panorama of the sustenance proposed to guide the future development and the ecotouristic activity, which claims to be sustainable and also feasible use which are able to contribute to praise that activity as one of the sustainable choice of the development.*

**KEYWORDS:** *Sustainable development, local development, ecotourism, environmental conservation and communitarian participation.*

## Introdução

No decorrer dos últimos anos, as discussões sobre o desenvolvimento sustentável vêm progredindo em função do acelerado crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento econômico. Tal desenvolvimento é caracterizado

---

1. Bacharel em Turismo. Especialista em Ecoturismo e em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas e mestranda do Curso Internacional em Planejamento do Desenvolvimento - PLADES, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA.  
End.: Tv. Enéas Pinheiro, 2757, aptº 402C - Marco - Belém - PA - 66095-100/ Tel: (091) 226-0970 - e-mail: endres@ufpa.br

por uma melhora na qualidade de vida das populações humanas, sem causar necessariamente um aumento da quantidade de recursos consumidos. Partindo desse princípio, o desenvolvimento pode ser sustentável.

Por outro lado, a preocupação com o crescimento econômico faz-se em função da própria insustentabilidade que representa, pois o fator limite para sua expansão é a “finitude” do capital natural remanescente que utiliza sem condicionamentos. Este crescimento econômico, movido pela máxima acumulação de capital provindo da exploração dos recursos da natureza, delinea o seu próprio fim.

A relevância de introduzir esses aspectos nas discussões sobre o turismo ecológico desenvolvido dentro da região Amazônica é devido ao seguinte problema: *do ponto de vista econômico, a maioria das áreas onde são praticadas atividades é tratada como recursos de todos, com livre acesso e, considerados como recursos de propriedade comum, são sistematicamente explorados sem nenhum tipo de preocupação com a manutenção dos mesmos.*

O ecoturismo, apesar de se caracterizar como uma atividade econômica que utiliza a natureza como matéria-prima e dela depende para o sucesso contínuo da atividade, assegurando a proteção dos ecossistemas por pressupor a não eliminação dos atrativos que o faz sobreviver, pode apresentar esse problema nas áreas em que se desenvolve.

Tal problema é considerado dentro das discussões sobre a atividade, porém deixa a desejar quando extrapola os limites do discurso. Este artigo procura contribuir para a discussão do ecoturismo ser uma possibilidade real e eficaz de desenvolvimento sustentável.

## Problemas da Sustentabilidade no Contexto do Desenvolvimento Atual

Baseado nas novas descobertas científicas que nortearam o século XVII, o homem sofreu sérios abalos em sua autoconsciência devido à insegurança de um mundo em transformação, no qual ele não estava mais no centro do universo<sup>2</sup>. Segundo Kesselring (1992:33), “a estratégia natural [do homem desta época] para combater a insegurança e limitar o domínio do acaso é a tentativa de impor-se ativamente a cada tipo de concorrência”. O homem moderno, envolvido por essa racionalidade, faz da ocupação e exploração da natureza a fonte de seu progresso, processo este legitimado pelas próprias leis da natureza.

Não só neste campo técnico do conhecimento estão baseadas as raízes da lógica da exploração da natureza. De acordo com Mendes (1995), também no plano

religioso e teológico estão fundadas as raízes da crise ecológica hodierna. A tradição judaico-cristã, no seu ramo ocidental, “centrada na vontade do homem e por isso dominadora das circunstâncias ao redor do homem, entre estas o ambiente natural, projetam uma concepção de natureza vista como algo infinito e própria para a apropriação humana” (Mendes, 1995: 57). O versículo bíblico frisado pelo mesmo autor “Enchei a terra e submetei-a” constante em Gêneses, capítulo primeiro, versículo 28, enriquece as bases que justificaram o processo civilizatório do mundo ocidental calcado por essa racionalidade.

Fortemente arraigadas nas concepções históricas da natureza subjugada ao domínio humano, o sistema capitalista fortalece e legitima sua lógica fundamentada na acumulação ao mesmo tempo em que condena sua fonte de sustentação: a natureza.

As conseqüências projetadas no mundo em função de um crescimento econômico a qualquer custo, caracterizado na “acumulação, cada vez mais rápida, de materiais, energia e riqueza; pelo crescimento contínuo e permanente num planeta finito, na destruição dos sistemas de sustentação da vida e na aposta constante nos resultados da tecnociência para minimizar os efeitos causados por esse tipo de crescimento” (Rohde, 1995: 42) provocam hoje, a necessidade da criação de novos paradigmas que possibilitem amenizar tais efeitos. A essas características, pode-se acrescentar outros fatores, como o crescimento acelerado da população humana e um sistema de valores que propiciam a expansão ilimitada do consumo material, que coadunados visualizam, a médio e longo prazos, a insustentabilidade da própria civilização contemporânea (Rohde, 1995).

A proposta do desenvolvimento sustentável, aclamada por muitos estudiosos como uma das únicas alternativas visíveis para tentar alterar ou amenizar este panorama, pressupõe outras orientações na formação das novas propostas de desenvolvimento da sociedade, onde os princípios éticos, sociais e econômicos deverão ser igualmente considerados e não somente os princípios de mercado.

Segundo Sachs (1994:35), a caminho de um desenvolvimento sustentável, deve se dar mais ênfase

a um crescimento econômico com formas, conteúdos e usos sociais completamente modificados, orientados no sentido das necessidades das pessoas, da distribuição equitativa da renda e de técnicas de produção adequadas à preservação dos recursos,

portanto, “o crescimento econômico não deve ser aquele conhecido há décadas, que externaliza livremente os custos sociais e ambientais e que alarga a desigualdade social e econômica” (Sachs, 1994: 34). Dessa forma, faz-se necessário repensar o papel das atividades econômicas dentro do processo de crescimento econômico verificado nesse final de século.

Outros autores também tentam colaborar com análises nesse sentido, pois a intenção de trabalhar de forma conjunta e igualitária as vértices do desenvolvimento sustentável (o social, o econômico e o ecológico) dentro de uma sociedade moderna,

2. Ver Kesselring (1992) sobre o conceito de natureza na história do pensamento ocidental, onde o autor analisa melhor essa questão que, apesar de importante, não convém ser discutida a fundo neste momento.

que surgiu de um processo de estruturação que teve como motor o mecanismo econômico e o aumento da produtividade, é tarefa complicada. Dessa maneira, uma das grandes questões é: como trabalhar essas dimensões, que possuem medidas diferentes, ao mesmo tempo?

Não há como fugir da constatação da necessidade de se partir de uma “perspectiva multidimensional, que envolva economia, ecologia e política ao mesmo tempo, para se criar as bases e o ponto de partida para uma teoria do desenvolvimento sustentável” (Brüseke, 1993: 10), como também e acima de tudo, a “projeção de uma ética global que incorpore tanto os valores ecológicos quanto os espirituais, o que na realidade, requer uma ‘reforma moral’ em nível individual” (Kitamura, 1994: 20). Porém, sabe-se que, “essa nova ética e os novos propósitos necessitarão de longas décadas para se implantar na consciência das pessoas” (Buarque, 1994: 80), e que, os interesses econômicos, sejam em nível internacional ou nacional, não estão subordinados a ela, em razão das próprias incompatibilidades entre a lógica capitalista e a lógica proposta pelo desenvolvimento sustentável.

Visto que toda a economia depende dos sistemas naturais que sustentam a vida no planeta, e que estes estão se esgotando por conta dessa exploração desmedida, as ameaças ao meio ambiente têm-se convertido em assunto de políticas, conforme as implicações econômicas que se têm feito visíveis ou ao menos prognosticadas por governos de vários países.

O uso de instrumentos de políticas para institucionalizar e regulamentar o cumprimento de metas de controle de poluição através de um sistema de divisão dos custos e externalidades<sup>3</sup> negativas é a base das orientações propostas pela economia ecológica<sup>4</sup>. O avanço do conceito até a implementação de uma política que objetive este fim, pode ser realizado via a aplicação de vários instrumentos. Como exemplo pode-se considerar a estrutura de multas, onde a coerção é utilizada como incentivo ao cumprimento da lei.

Porém, em países em desenvolvimento que dispõem de recursos limitados para a fiscalização ambiental, sendo estes fiscais sujeitos a pressões para a prática da corrupção, não estariam esses instrumentos políticos fadados ao insucesso? Segundo Tietenberg (1994: 107), privatizar algumas atividades rotineiras de fiscalização, que são delegadas geralmente a órgãos públicos, pode “amenizar as limitações impostas pela escassez de recursos e incentivos à corrupção”, bem como abrir espaço para que as comunidades e órgãos não-governamentais possam participar como agentes atuantes no controle de práticas poluentes.

Porém, segundo Stahel (1995), para se chegar a uma sociedade que seja sustentável depende-se de uma reconstrução política total da sociedade contemporânea. Para esse autor, nem mesmo os instrumentos da economia ecológica conse-

guiriam diminuir a distância que separa a racionalidade atual do desenvolvimento daquele que seja sustentável. Isto proque a utilização de fins econômicos para tentar reverter ou conter as “externalidades negativas” oriundas da exploração dos recursos naturais, tende a levar em conta somente a unidimensionalidade do mercado, em detrimento da multidimensionalidade que envolve um processo para uma sociedade sustentável, baseada no bem estar geral da sociedade.

Depende da sociedade em expandir o âmbito das discussões que vão além da crise ecológica. Essa crise é a que se reflete primeiro dentre as crises econômica, política e moral em que se vive: restringir-se somente a ela, é restringir também as reais possibilidades de um desenvolvimento sustentável, pois,

ignorando-se os níveis de interdependência entre essas diferentes crises, a preocupação ecológica ameaça desviar a discussão de outros temas, como a questão dos desequilíbrios nas relações de poder econômico e político, (...) as condições de trabalho subumanas, a poluição e a vida na periferia das grandes metrópoles, a violência e a desagregação social, etc. (Stahel, 1995: 119).

Diante desse quadro, o mesmo autor questiona que, não se considerando e discutindo tais questões será possível de alguma forma uma sociedade sustentável? Daí responde que, o último recurso seria “uma inversão política total, que gerasse um novo equilíbrio, no qual a tecnologia, a economia e a própria história passassem a estar sob controle social” (Stahel, 1995). Por outro lado, questiona-se: será isso possível nas atuais condições em que se encontram os Estados, onde o descrédito em nível global frente à política oficial e aos partidos tradicionais é apenas uma face desta crise? Será isso possível em meio a prática ínfima de cidadania na maior parte dos países do globo terrestre? Em meio à discussão restringida sobre a conservação ambiental em apenas alguns segmentos da sociedade? Como trabalhar essas questões quando a noção de conservação ambiental e a participação popular, que podem se caracterizar como práticas concretas aliadas ao conceito de sustentabilidade, não estão presentes no cotidiano brasileiro?

De um modo geral, todas essas indagações permeiam o debate acerca da sustentabilidade e suas alternativas concretas de desenvolvimento. Contudo, os temas que serão trabalhados a seguir, tais como o desenvolvimento sustentável como modelo de desenvolvimento e a atividade ecoturística como uma alternativa para alcançar este fim, projetarão uma análise mais direcionada à proposta deste artigo.

### Novo Paradigma: Desenvolvimento Sustentável

Desde 1972 até os dias atuais, muitas pesquisas vêm sendo produzidas com vistas à promoção de um desenvolvimento sócio-econômico mais equitativo.

Segundo Ignacy Sachs, o caminho traçado desde o Relatório de Founex

3. “Uma externalidade surge sempre que a produção ou consumo de um bem tem efeitos paralelos sobre os consumidores ou produtores envolvidos, efeitos estes que não são refletidos nos preços de mercado” (Fischer e Dornbush, 1983: 287 *apud* Comune, 1994: 50).

4. Costanza (1994: 111) define economia ecológica como sendo “uma nova abordagem transdisciplinar que contempla toda a gama de inter-relacionamentos entre os sistemas econômico e ecológico”.

(1972)<sup>5</sup> foi longo. Ponto de equilíbrio entre as abordagens “reducionistas representadas pelo ecologismo intransigente e pelo economicismo de visão estreita” (Sachs, 1994: 29), deu início a um processo de discussões e encontros que culminaram em documentos como a Declaração de Estocolmo (1972), a Declaração de Cocoyoc (1974), o Relatório Bruntland (1987), a ECO-92 e finalmente a RIO-95. Todos com o intuito de abrir espaços para discutir estilos alternativos de desenvolvimento que compatibilizem as premissas básicas de um desenvolvimento sustentável.

A necessidade de um desenvolvimento sustentável descrita nos vários documentos e relatórios procedentes dessas reuniões, congressos e seminários, é hoje amplamente divulgada nas várias esferas da sociedade. Por exemplo: tanto no meio acadêmico como governamental, o conceito de desenvolvimento sustentável tem servido como elemento importante para orientar e justificar projetos, programas, políticas e etc., sem muitas vezes estar coerente com os fundamentos teóricos da sustentabilidade.

A própria definição de desenvolvimento sustentável divulgada pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD - em 1991, que é, diga-se de passagem, a mais repetida, torna-o muito genérico, sem demonstrar as especificidades do modelo de desenvolvimento que se quer alcançar. Isto porque o caracteriza somente como o “desenvolvimento que satisfaz às necessidades da geração presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações em satisfazer suas necessidades” (CMMAD, 1991, *apud*, Kitamura, 1994: 19).

Aprofundar a busca, feita através de vários estudos e abordagens, de um desenvolvimento mais coerente que minimize a problemática mundial, é um grande desafio. A priori sabe-se que a discussão sobre o desenvolvimento sustentável e o aspecto pelo qual pode ser analisado, varia de acordo com a especificidade que se quer alcançar, devido abranger uma gama de várias ciências como a Ecologia, a Sociologia, a Economia, a Geografia etc.

O processo desse novo e idealizado modelo de desenvolvimento é um ponto relevante do trabalho realizado por González (1993). Note-se o adjetivo “idealizado”, pois, para o autor, o desenvolvimento sustentável não deixa de ser uma aspiração e um ideal, quando o descreve mais como um paradigma nebuloso do que um conceito claramente definido que possa ser posto em prática. Nesse momento, abre espaço para a fundamental tarefa de se incentivar a aquisição de novas abordagens sobre a sustentabilidade em todas as suas variantes. Não deixa vago, porém, sua percepção sobre o caminho que deve ser trilhado e as condições para que o desenvolvimento sustentável se estabeleça como modelo. Este modelo implicaria na construção de uma estratégia de interação entre o sistema natural e o social, a partir da análise lógica desses dois sistemas, a fim de gerar uma unidade integrada e auto-regulada (González, 1993:37).

5. Este Relatório foi fruto da primeira reunião convocada como parte do processo preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano de 1972 em Estocolmo. Note-se que as discussões sobre ecodesenvolvimento começavam a ser debatidas nos países desenvolvidos na década de 70, todos com objetivos de implementar estratégias ambientalmente adequadas e um desenvolvimento sócio-econômico equitativo.

Para Sachs (1994), o planejamento, para tornar efetivo um modelo de desenvolvimento sustentável, deve levar em conta, além das dimensões sociais, ecológicas e econômicas, as dimensões de sustentabilidade espacial e cultural.

A sustentabilidade econômica, quando preconiza formas mais racionais e eficazes de gerenciamento, investimentos e financiamentos, o resultado que deve alcançar não passa pelo âmbito estritamente econômico. Deve ser avaliada por suas repercussões no âmbito social, que se expressariam em um maior equilíbrio na distribuição da renda e dos bens gerados na sociedade, com a finalidade de diminuir as desigualdades entre pobres e ricos. Uma sociedade menos díspare representa o alcance da sustentabilidade social.

A sustentabilidade ecológica e espacial primam, respectivamente, pela escolha de melhores técnicas na utilização dos recursos naturais e em uma configuração tanto urbano-rural, como na distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas mais equilibrados.

De forma mais específica, a sustentabilidade cultural busca dentro de suas próprias peculiaridades respostas para problemas locais, para o seu ecossistema, sua cultura e sua área, tendo o conceito de ecodesenvolvimento como fator de propulsão para as soluções encontradas.

É nesse contexto e da necessidade de se buscar alternativas que

as estratégias para um desenvolvimento sustentável requerem necessariamente perspectivas particulares, adequadas ao alcance e as características de cada sociedade (...) bem como dar conta da especificidade e da diversidade de condições naturais e socio-econômicas de cada região (Kitamura, 1994: 22).

A pretensão de estabelecer essa nova concepção de desenvolvimento sustentável se dá, geralmente, nessas proporções regionais com bases empíricas. É o que acontece com os trabalhos desenvolvidos por Gallois (1993), que apresenta o manejo auto-sustentado dos recursos da reserva indígena Waiãpi, no Amapá, e de comunidades pesqueiras no Baixo Amazonas (MacGrath, Castro e Fitemma, 1994). Ambos, além de estarem baseados pelas perspectivas acima, foram desenvolvidos concomitantemente com a participação das populações no decorrer dos estudos e pesquisas realizadas, concretizando a importância da troca de experiências entre o científico e o popular na aquisição de conhecimento.

As atividades de garimpagem do ouro e a pesca praticadas, respectivamente, pelas comunidades Waiãpi e do Baixo Amazonas, buscam enquadrar-se como alternativas de desenvolvimento, na medida que são gerenciadas sob as condições de sustentabilidade. Na mesma direção o turismo, através do segmento ecoturístico, aspira as mesmas possibilidades.

Do mesmo modo como o desenvolvimento sustentável, a eficiência econômica, a equidade social e a prudência ecológica são as bases que devem nortear, também, o turismo ecológico. Porém, entre as diferenças encontradas em alguns trabalhos sobre que pontos devem ser priorizados na promoção da atividade como fonte de

desenvolvimento sustentável, estão relacionados às características das áreas ou regiões onde poderá ser fomentado o ecoturismo.

Em áreas onde não há pequenas populações, a componente participação comunitária não possui uma análise profunda (equidade social), dá-se mais ênfase à conservação da natureza (prudência ecológica); onde as questões ambientais e comunitárias não se colocam como problemas, a componente planejamento se restringe a uma análise de mercado apoiada por incentivos mediante políticas públicas (eficiência econômica); enfim, essas componentes dificilmente são avaliadas de modo igual e equilibrado nos trabalhos realizados no meio acadêmico sobre o potencial do ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável, talvez pela própria amplitude com que se tratam as questões referentes a esse tipo de desenvolvimento.

### Ecoturismo como Alternativa de Desenvolvimento Sustentável(?)

Nascido justamente do interesse de viajantes contemporâneos de restabelecer os laços com a natureza e aliado ao desenvolvimento da consciência ecológica, o ecoturismo

consiste em viajar para áreas naturais não degradadas ou poluídas, com o objetivo específico de estudar, admirar e fruir a paisagem e suas plantas e animais, tanto quanto manifestações culturais (do passado e do presente) encontradas nessas áreas.(...). O ponto principal é que a pessoa que pratica ecoturismo tem a oportunidade de mergulhar na natureza de uma maneira normalmente não possível no meio ambiente urbano (Ceballos-Lascurain, 1987 apud Figueira, 1994: 12).

Apresentado como um novo segmento da atividade turística, o ecoturismo pode ser percebido como uma atividade que provém, preponderantemente, do setor privado composto de pequenos, médios e grandes empreendedores do *trade*<sup>6</sup> turístico que viam, e ainda vêem, a necessidade de atender uma demanda específica de turistas moldados pelas novas exigências ecológicas de um mundo em transformação.

A satisfação do contato mais próximo com a natureza é o produto que está à venda por meio de roteiros, pacotes ou simples passeios em parques ou florestas. A operação e organização da atividade está a cargo deste setor, onde o papel governamental tem a função de estabelecer políticas que incentivem o pleno “desenvol-

6. *Trade turístico* representa o conjunto de operadoras, agências, hotéis e outros agentes ligados diretamente ao setor, que movimentam o comércio do turismo.

vimento e a implementação de novos ramos e atividades de grande potencial econômico e de sustentabilidade ambiental, dentre essas o ecoturismo” (MMA/SCA, 1995:20).

O ecoturismo, como atividade econômica assim apresentada, tem se desenvolvido rapidamente sob formas e contextos variados dentro da sociedade. Porém, em estudo anteriormente desenvolvido (Endres, 1996), não abrange na prática a definição oficial divulgada pela Embratur (1994) como sendo

um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

Com intuito de desenvolver a atividade ecoturística da forma como é preconizada e considerando que essa definição deixa a desejar quando analisado sob casos concretos, algumas mudanças são necessárias para alterar a forma desestruturada de um turismo que se denominou vulgarmente de ecoturismo em algumas regiões, simplesmente, ou por ser praticado em locais distantes da vida urbana ou por atender a um *modus* ecológico, só considerado como tal por leigos e ignorantes.

Exemplo disto é a ilha de Algodão-Maiandeuá no estado do Pará que, a partir da década de 80, começou a passar por uma seqüência de transformações em decorrência da intensificação do turismo mal planejado. Além do aumento e acúmulo de lixo, houve perdas no aspecto cênico da ilha, devido aos desmatamentos ilegais e retiradas de pedras da orla marítima para a construção de muros e casas de veranistas. O panorama desse turismo é a representação fiel da subjugação da natureza pelo homem. Contudo, as fortes pressões em relação a loteamentos de áreas da ilha por pessoas de fora (veranistas), contribuiu abertamente para o agravamento dos problemas ambientais e sociais já descritos e para a luta pela institucionalização deste local em Área de Proteção Ambiental (APA), só conseguida em 1990.

Nesta APA encontram-se algumas comunidades de pescadores; dentre essas destaca-se a vila de Algodão<sup>7</sup>, mais conhecida pelo potencial turístico natural belíssimo, tária, a qual deve ser reorientada para que o turismo ali praticado possa ser enquadrado dentro das propostas que a atividade ecoturística engloba. As orientações no campo dos equipamentos e serviços devem ser norteadas pela concepção de conservação e disseminados, entre os agentes que colaboram com a turismo na ilha, a partir de programas de capacitação em planejamento de empreendimentos ecoturísticos e educação ambiental.

7. De acordo com o IBGE, a população da vila de Algodão é de 796 habitantes, porém pelos cálculos de pesquisa feita pela ambientalista Luana Pimenta, o número de habitantes da vila de Algodão e adjacências varia entre 1.500 a 2.000 indivíduos.

Neste local, a infra-estrutura básica é mínima. Independentemente da atividade desenvolvida nessa comunidade, é um direito inato dos indivíduos que ali vivem a possibilidade de uma melhor qualidade de vida. A implementação dessa é uma necessidade tanto para os turistas como para a própria comunidade.

Ao contrário do que se espera, essa APA, que supostamente seria favorável para a implementação do ecoturismo em função de já ser regularmente institucionalizada como uma Unidade de Conservação, alerta para as reais necessidades e considerações em elevar a atividade do turismo ecológico em uma alternativa sustentável de desenvolvimento.

A fim de realizar tal aceção, dois fatores mostram-se imprescindíveis para esta discussão, primeiramente a conservação ambiental como elemento de defesa ao meio ambiente natural e, posteriormente, a participação comunitária como prática mantenedora do bem estar social e ambiental da área onde vivem.

A ocupação irracional e a interferência no espaço físico disponível têm exigido, cada vez mais, princípios de conservação atualizados e modernos, que viabilizem a difusão das preocupações com a proteção de áreas naturais, não restritos somente aos círculos científicos, mas que se transformem também em preocupação social e política.

O manejo de áreas silvestres vem merecendo atualmente um impulso significativo no Brasil, devido muito aos confrontos entre a ocupação territorial irracional e a necessidade lógica de conservação da natureza, além, obviamente, da pressão da opinião pública nacional e internacional. Nessas áreas, o manejo dos recursos naturais e culturais deve estar consubstanciado com os objetivos da conservação ambiental, para assegurar a sua contribuição ao desenvolvimento.

Dentre as Unidades de Conservação, as áreas propícias para possíveis atividades ecoturísticas são denominados Áreas de Proteção Ambiental ou APA, que são trechos de domínio público ou propriedades privadas submetidas ao regime de controle e acompanhamento de sua utilização, conforme disposto nas Leis 6.902 e 6.938/81, no decreto 99.247/90 e na Resolução CONAMA nº 10/88 com legislação decorrente, que se caracterizam pelo uso/benefício direto ou indireto do homem.

Dentro dessa categoria de manejo, a prática do ecoturismo “pode” tornar-se mais facilmente ordenada, devido a uma legislação preestabelecida que promova a atividade de uma forma mais estruturada e fiscalizada. Porém, verifica-se atualmente uma série de entraves e dificuldades, muitos dos casos referentes à falta de estruturação necessária para a implementação e funcionalidade das APAs, devido à ausência de plano de manejo, falta de recursos, sendo a situação mais comum as deficiências administrativas de fiscalização, orientação, pesquisa, educação ambiental, etc.<sup>8</sup>

Apesar das dificuldades mencionadas acima, a proposta de conservação ambiental proporcionada mais especificamente pelas Áreas de Proteção Ambiental, alia perspectivas fundamentais para o ecoturismo: a difusão de uma conscientização ambientalista; a obrigatoriedade da presença do Estado no fomento de atividades

sustentáveis para o desenvolvimento dessas regiões; e, finalmente, o benefício econômico direto para as populações que habitam nessas áreas, mediante a sua participação na composição do planejamento das atividades econômicas em suas comunidades.

A conservação ambiental é necessária não só como base para a prática do ecoturismo, mas também como um objetivo a ser alcançado e cada vez mais disseminado através do estabelecimento dessa atividade. Essa questão não se caracteriza como imprescindível para o fomento da atividade, porém, aliam-se a ela as possibilidades de se ampliar a conscientização ambientalista da sociedade, fator indispensável para um desenvolvimento sustentável.

Além da conservação ambiental, a participação comunitária deve ser avaliada como ponto relevante no estabelecimento, ou pretensão de estabelecer, uma nova concepção de desenvolvimento. É o caso de trabalhos já mencionados como o do Amapá (Gallois, 1993) e de comunidades pesqueiras no Baixo Amazonas (MacGrath, Castro E Fittema, 1994). Nesses casos, o que se percebe é a participação das populações envolvidas em projetos que visam desenvolver ou melhorar as condições de vida de suas próprias comunidades, porém, o que se nota é que, em raríssimos casos a população em geral tem a participação em instâncias mais amplas do planejamento, como os planos políticos e até mesmo projetos elaborados por órgãos governamentais<sup>9</sup>.

Os dois exemplos acima citados, demonstram a preocupação de algumas entidades científicas e pesquisadores com a importância da reciprocidade de benefícios entre comunidade-projeto para o pleno estabelecimento de uma realidade desejada veiculada pela participação popular. Os trabalhos realizados sob esse prisma, destacam-se por estudar a participação da comunidade na identificação e resolução dos seus próprios problemas, geralmente caracterizados por problemas de infra-estrutura dentro da própria comunidade. Os quais afetam diretamente no crescimento e até manutenção de suas atividade econômicas e na qualidade de vida.<sup>10</sup>

Em se tratando das Unidades de Conservação, o papel da participação das populações locais, dá-se de uma forma um pouco mais complexa, devido à sua reação às “imposições e agressões provenientes da especulação imobiliária e pela expulsão dos comunitários, no caso de certas áreas naturais protegidas” (Diegues, 1994: 123) sob o comando do Estado<sup>11</sup>. No caso de áreas que não estão incluídas nas classes de manejo prioritárias<sup>12</sup>, como o caso das APAs, por não haver uma metodologia específica de trabalho que envolva comunidades, muito menos um controle rígido das normas destinadas a elas, o confronto das comunidades com o governo não são identificáveis.

8. Veja Batalha (1992), sobre as dificuldades na gestão ambiental.

9. O trabalho realizado na comunidade de Bonitinho no Ceará e nos Andes Peruanos, que consta na publicação “Repensando a pesquisa participante” (Brandão, 1984) exemplifica bem as necessidades da participação comunitária no processo do desenvolvimento, porém são casos isolados.

10. As discussões a respeito de cidadania devem ser lembradas, porém não é o objeto deste trabalho.

11. Ver também Furtado (1994), Marques (1995) e Diegues e Nogara (1994).

12. As classes de manejo prioritárias são consideradas Áreas de Proteção Integral, onde não existem, pela legislação, qualquer comunidade em seu território.

A participação das comunidades locais na implementação de quaisquer atividades em sua área, seja dentro de Unidades de Conservação ou não, tem a função de desenvolver possíveis atividades geradoras de renda de acordo com as tendências demonstradas pelas próprias comunidades. Não tem sentido impingir a uma comunidade de pescadores práticas agrícolas como fator de desenvolvimento, nem a uma comunidade essencialmente agrícola práticas turísticas ou ecoturísticas.

Enfim, a participação comunitária tem suma importância na medida que pode possibilitar um planejamento de dentro para fora, ou seja, desenvolver práticas que não agridam seus modos de vida, mas adequá-las a uma nova realidade, de forma satisfatória, com vistas a manter e proporcionar o seu bem-estar.

É este bem-estar que a atividade ecoturística demonstra estabelecer através de práticas que valorizem o meio ambiente, a biodiversidade e a cultura local, o modo de vida natural, as especificidades de trabalhos e formas de subsistência do povo do interior e das peculiaridades regionais.

Neste aspecto, para além de experiências negativas e muitas vezes desastrosas proporcionadas por um “ecoturismo” geralmente mal interpretado, existem lugares onde o ecoturismo, como fonte de desenvolvimento sustentável, tem se estabelecido como atividade econômica preponderante, apresentando, além da divulgação de práticas conservacionistas aos seus praticantes, também uma fonte de renda para as populações locais. É o caso da pesquisa organizada pela EMBRATUR (1992) na região circunvizinha à cidade de Manaus, no Amazonas.

Os estudos demonstraram as benesses oriundas da atividade em favor das comunidades ribeirinhas próximas aos alojamentos de selva, onde estes contribuem para a melhoria de infra-estrutura dessas vilas, como por exemplo: fornecimento de óleo diesel para gerador de energia elétrica, uso de telefone, ajuda em transporte, escolas e medicamentos, apoio ao posto de saúde e incentivo ao artesanato e empregos.

## Considerações Finais

O campo das experiências na atividade ecoturística, de outros locais e países, poderia dar uma melhor contribuição na discussão sobre a atividade. Porém, quando analisados alguns casos, mesmo o da Costa Rica<sup>13</sup>, percebe-se muitas semelhanças nas discussões acerca dos benefícios e malefícios que a atividade, dependendo da forma como é fomentada, provoca. Levando-se a crer que as estratégias e as formas de lidar com os reflexos provocados pela atividade na sociedade deva ser analisado dentro de um contexto próprio, onde as especificidades políticas, econômicas,

13. A Costa Rica é vista como a precursora em encarar a atividade ecoturística como fator relevante de desenvolvimento para o país, face a essa atividade ter sido desenvolvida há mais de 15 anos nesse país.

culturais e naturais dessas regiões irão refletir o tipo de desenvolvimento que o ecoturismo poderá projetar.

Em conclusão, é fato observar que a atividade ecoturística possui seus pontos positivos e negativos. Em algumas áreas apresenta-se coerente ao conceito de desenvolvimento que tenta representar, o qual “tem a ver com a invenção de meios e modos de fazer com que os efeitos do uso e da usura do oikos venham a confluir harmoniosamente e não catastróficamente” (Mendes, 1995: 55). É em função dessa perspectiva que a análise e a prática do segmento ecoturístico faz-se importante.

## Referências Bibliográficas

- BATALHA, B. Gestão ambiental de atividades antrópicas na Amazônia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE MEIO AMBIENTE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. Belém, 1992. *Anais...*, Belém: PRODEPA, 1992.
- BRANDÃO, C.R. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRÜSEKE, Franz J. *O problema do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA: UFPA, 1993. (Paper nº 13).
- BUARQUE, C. O pensamento em um mundo terceiro mundo. In: BURSZTYN, Marcel, (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 57-80.
- COMUNE, A.E. Meio ambiente, economia e economistas: uma breve discussão. In: MAY, P. & MOTTA, R. *Valorando a Natureza: Análise econômica para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Campus, 1994. p. 45-59.
- COSTANZA, R. Economia ecológica: uma agenda de pesquisa. In: MAY, P. & MOTTA, R. *Valorando a Natureza: Análise econômica para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Campus, 1994. p. 111-144.
- DIEGUES, A.C. Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada. In: VIEIRA, P.F. e MAIMON, D. (org.). *As ciências sociais e a questão ambiental - rumo à interdisciplinaridade*. Belém: UFPA / NAEA, 1993. p. 217-249.
- \_\_\_\_\_. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.
- DIEGUES, A.C. e NOGARA P. J. *O nosso lugar virou parque*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.
- EMBRATUR. *Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo*. Brasília: EMBRATUR, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Ecoturismo na Amazônia: região circunvizinha de Manaus*. Brasília: EMBRATUR, 1992.
- ENDRES, A. V. *Ecoturismo na Área de Proteção Ambiental de Algodão-Maiandeuá*. Belém: FIPAM XII/UFPA / NAEA, 1996. Monografia (Especialização).
- \_\_\_\_\_. *Ecoturismo e desenvolvimento: algumas considerações sobre sustentabilidade, o papel do estado, a conservação ambiental e a participação popular*. PROFIMA III/UFPA/NUMA. Belém, 1997. Monografia (Especialização).
- FIGUEIRA, *Lodge: desenvolvimento e preservação do meio ambiente*. Belém: UFPA/NUMA, 1994.
- FURTADO, L. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, M.A. e SILVEIRA, I.M. (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG, 1994. P. 67-74.
- GALLOIS, D. “Jane Karakuri”, ouro dos Waiãpi: a experiência de um garimpo indígena. In: MAGALHÃES, A.C. (org.). *Sociedade indígena e transformações ambientais*. Belém: UFPA-NUMA, 1993. p. 25-46.
- GONZÁLEZ, L. de G. Francisco. Algunas reflexiones en torno a los conceptos: ecosistema, cultura y desarrollo sostenible. In: *Ambiente y Desarrollo*, 1993, n. 1, p. 17-43.
- KESSELRING, T. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. In: *Revista Ciência e Meio Ambiente III*, n. 5, jul/dez. 1992.
- KITAMURA, P. C. *Amazônia e o desenvolvimento sustentável*. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1994.
- MACGRATH, D. CASTRO, F. & FITEMMA, C. Reservas de lago e manejo comunitário na pesca do baixo Amazonas: uma avaliação preliminar. In: D'INCAO, M.A. e SILVEIRA, I.M. (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu P. Emílio Goeldi, 1994. p. 389-402.
- MARQUES, J.G. *Pescando pescadores*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.
- MENDES, A. M. Envolvimento & Desenvolvimento: introdução à simpatia de todas as coisas. In: CAVALCANTI (org.). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez/Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p. 54-76.
- MMA/SCA. *Política nacional para a Amazônia Legal*. São Paulo: CONAMAZ, 1995.
- ROHDE, G. M. Mudanças de paradigmas e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI (org.). *Desenvolvimento*

- e Natureza*: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p 41-53.
- SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel, (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 29-56.
- STAHEL, A W. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI (org.). *Desenvolvimento e Natureza*: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p 104-127.
- TIETENBERG, T. H. Administrando a transição para um desenvolvimento sustentável: o papel dos incentivos econômicos. In: MAY, P. & MOTTA, R. *Valorando a Natureza*: Análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Campus, 1994. p. 93-108.

*Recebido em 5/5/98.*

*Aprovado em 9/6/98.*